

*Elites fracionadas: expansão econômica e crise política no  
ocaso do colonialismo português na Amazônia\**

LUIS BALKAR SÁ PINHEIRO\*\*  
Universidade Federal do Amazonas

**Resumo:** O artigo busca flagrar o Grão-Pará num momento em que profundas transformações na estrutura produtiva e na organização do trabalho começaram a esboçar, na segunda metade do século XVIII, significativas contradições internas, com graves repercussões na cena política e social, resultando no colapso do colonialismo luso na Amazônia. Desta forma, objetiva-se ainda acompanhar, desde o nascedouro, as raízes dos antagonismos e as trajetórias de sujeitos sociais que tiveram, anos mais tarde, um papel ativo e decisivo durante a Cabanagem.

**Palavras-Chave:** História da Amazônia; Grão-Pará; Cabanagem.

**Abstract:** With focus on the Cabanagem, we seek to analyze the Grão-Pará at a time when major changes in the production structure and the organization of work began to sketch, in the second half of the eighteenth century, significant internal contradictions, with major repercussions at the political and social scene. Therefore, the aim is to monitor, since the beginning, the roots of the antagonisms and the paths of social subjects who had an active and decisive role during that seditious insurgency.

**Keywords:** History of the Amazon; Grão-Pará; Cabanagem.

---

\* Artigo submetido à avaliação em 30 de outubro de 2013 e aprovado para publicação em 2 de dezembro de 2013.

\*\* Doutor em História pela Puc-SP (1998). E-mail: [luis\\_balkar@hotmail.com](mailto:luis_balkar@hotmail.com).

## Introdução

Com o olhar voltado para a compreensão da emergência da Cabanagem – o maior e mais importante movimento sedicioso que conflagrou toda a Amazônia na década 1830 –, propõe-se a hipótese de que a revolta popular configurou-se, em boa medida, como um movimento pautado na redefinição do quadro geral de desenvolvimento socioeconômico na região, cuja estruturação arcaica passou a entrar em conflito com a dinâmica diferenciada posta em funcionamento a partir do aparecimento e consolidação de novos sujeitos sociais, notadamente após o impacto da política pombalina, em meados do século XVIII.

Sem negar a importância de impulsos externos, quer-se argumentar que na Amazônia, assim como em tantos outros lugares e momentos da história, a sublevação popular foi, acima de tudo, fruto de manifestações endógenas, identificáveis nas ações entabuladas por setores particulares da sociedade regional, que num determinado momento de suas existências sentiram a necessidade de destruir o ventre que os havia gestado. Isso foi particularmente verdadeiro para expressar a atuação política do emergente setor ligado a algum tipo de renda da terra, em franca expansão nas últimas décadas do século XVIII. Numa nomenclatura de época, tais segmentos eram constituídos pelos “proprietários” – termo genérico que incluía principalmente fazendeiros –, ligados à produção de gêneros agrícolas exportáveis e os “droguistas”, vinculados à atividade extrativa das drogas do sertão (especiarias), além de criadores de gado *vacum* ou cavalariço e de um tímido campesinato em formação (REIS, 1985, p. 335).

Seu surgimento está intimamente associado à reestruturação proposta pelo Marquês de Pombal em meados do século XVIII e marcou também para a Amazônia o aparecimento de novas formas de acumulação que, se não alcançaram proporções grandiosas como em outras áreas coloniais portuguesas, nem por isso deixaram de ter, no âmbito regional, um impacto efetivo sobre o conjunto da sociedade. Essa transformação não só foi capaz de se fazer sentir pelos observadores contemporâneos, como também

produziu contradições internas que, num dado momento, acabou se traduzindo em termos políticos.

Quanto aos setores populares da região – que se apresentavam na cena histórica do Grão-Pará como despossuídos de bens e até mesmo sujeitos a formas diversas de trabalhos compulsórios –, vinham de uma tradição de contestação bem mais longeva, muitas vezes mesclando-se com práticas de resistências indígenas, manifestas desde o século XVI (MOREIRA NETO, 1988, p. 116).

Antes de tecer-se o emaranhado das relações e tensões que estruturavam os interesses divergentes destes dois segmentos sociais, devemos acompanhar o lento processo de emergência dos setores dominantes ligados ao controle da terra e do trabalho na Amazônia, tentando deslindar os mecanismos que tornaram possíveis tanto a sua assimilação, quanto a sua recusa por parte dos grupos socioeconômicos preexistentes.

O acompanhamento dessa trajetória é importante por permitir esboçar as diferenciações de ordem socioeconômicas que se desenvolveram no interior do corpo social do Grão-Pará e que adquiriram uma densidade tal que tornou por demais restritas as possibilidades da articulação entre esse segmento privilegiado de proprietários e os setores populares. Ele possibilita ainda ter uma dimensão mais precisa dos móveis contestatórios que impeliram pessoas de posses e mesmo prósperos proprietários de terra – como o primeiro governador cabano Félix Antônio Clemente Malcher – a se rebelar contra as autoridades constituídas.

Com efeito, a produção historiográfica regional deu pouca atenção a essa dimensão socioeconômica, preferindo ver a Cabanagem como pelo viés do nativismo, destacando como sua motivação principal o “rancor patriótico” que impulsionou os “brasileiros do Pará” a enfrentar a primazia política dos reinóis (portugueses), mesmo depois de estabelecida a emancipação política no Brasil (1822) e no Grão-Pará (1823) (HURLEY, 1936; CRUZ, 1942). Neste entendimento, os portugueses do Pará foram recuperados muito mais como opressores colonialistas ou “restauradores” da velha ordem colonial, do que sujeitos sociais enraizados (DIAS, 2011) e,

todavia, contrariados nos seus propósitos de acumulação. Entre os portugueses podiam surgir (e surgiram!) percepções e interesses diferenciados frente às diretrizes da política metropolitana implementada na colônia. Nunca é demais lembrar as ponderações de Luiz Felipe Alencastro para uma distinção fundamental:

Do outro lado do oceano, os “brasílicos” são os moradores portugueses do Brasil que tinham interesses e traços culturais distintos dos reinóis..., mas não possuíam uma consciência de pertencer a uma mesma comunidade cultural e territorial. Não se trata, portanto, de “brasileiros” dotados de premonições nacionais, mas de categorias díspares de colonos (gente de Pernambuco, de São Paulo, da Bahia, da Paraíba, do Rio de Janeiro, do Maranhão), cujos intuitos são divergentes e muitas vezes opostos. Enfim, há o recorte no âmbito da expansão europeia da época moderna, separando o “homem ultramarino” do “homem colonial”. O primeiro distribui suas cartas no ultramar na expectativa de obter recompensa social e econômica na metrópole, enquanto o segundo já escolheu fixar seu destino em determinado enclave colonial (ALENCASTRO, 2001, p. 218).

O estudo da expansão econômica ocorrida na segunda metade do século XVIII e arduamente prolongada até as duas primeiras décadas do século XIX é importante para que se possa perceber que as mudanças estruturais operadas na sociedade do Grão-Pará não resultaram num processo generalizado de degradação e miséria, mas que também comportou a consolidação e o fortalecimento de segmentos privilegiados. Este processo de consolidação e crescimento dos setores dominantes não se fez, no entanto, sem contradições. Elas foram apenas de outra ordem e respondiam a necessidades bem mais diversas que, por exemplo, a da simples manutenção das condições mínimas de subsistência e reprodução. Mas se é assim, qual seria então essa outra ordem de contradições, operada no seio dos segmentos dominantes do Pará?

É provável que tais contradições estivessem ligadas tanto ao peso das condições opressivas na base produtiva, mensuradas a partir do nível maior ou menor de acumulação alcançado pelos vários sujeitos sociais, quanto a marginalizações que se operavam a partir de fatores sociais e culturais diversos. Com isso quer-se argumentar que no Grão-Pará, posses e dinheiro não eram condições suficientes e exclusivas para que se assegurasse um ingresso e/ou aceitação social nos estratos dominantes, livrando seus possuidores de preconceitos e ressalvas limitadoras.

A construção historiográfica contemporânea, articulando aportes da História Social e Cultural (PROST, 1998, p.123-137; BURKE, 2002), nos levam a olhar para o Grão-Pará da segunda metade do século XVIII, observando como os entraves à ascensão social de grupos econômicos emergentes, a luta pela ampliação da representação política dos grupos aristocráticos locais, e as tensões frente à burocracia provincial e imperial eram formas diferenciadas por onde é possível visualizar os interesses contrariados de segmentos a um só tempo dominantes – no âmbito da esfera econômica – e marginalizados, no âmbito da estrutura social e da cultura.

Ao longo do período que vai do último quartel do século XVIII ao primeiro do século XIX, as mudanças na política metropolitana frente à região foram impactantes e acabaram resvalando também nas aspirações das elites regionais desejosas de reconhecimento e prestígio. Se a Amazônia pombalina foi marcada pelo estreitamento dos vínculos da dominação colonial (alimentado por pretensões mercantilistas e geopolíticas), exigindo uma intervenção insistente e vigorosa do Estado metropolitano que se traduziu num fomento econômico nada desprezível, os governos seguintes, de D. Maria I e D. João VI, pouco ou nada fizeram para reverter um quadro tendencial de decadência, que cada vez mais desagradava os grupos econômicos emergentes e degradava as condições materiais de existência da enorme base popular da sociedade paraense (CARDOSO, 1984, p. 115).

## A Amazônia pombalina

O esboço de uma elite nativa economicamente próspera e desejosa de projeção social e expressão política começa a se efetivar nos marcos das transformações que estavam em curso no final do século XVIII, quando a metrópole portuguesa esboçou intenções de realinhar o Grão-Pará aos ditames do jogo mercantil, no sentido de possibilitar seu pleno aproveitamento no contexto de uma pretendida retomada da expansão econômica portuguesa. Desta forma, as reformas estruturais que começaram a ser implementadas não só na Amazônia, mas em todo o Império Colonial Português a partir de 1750, pelas mãos de Sebastião José de Carvalho e Mello (Marquês de Pombal, primeiro-ministro do Rei D. José I), mostravam-se afinadas com as expectativas cada vez mais otimistas de um progresso a ser alcançado com o incremento das relações mercantis entre as grandes nações da época (MAXWELL, 1996, p. 51-59). A demanda crescente da economia fabril inglesa alimentava a expectativa expansionista dos mercados e como que forçava as demais potências colonialistas a reestruturarem suas economias (metrópole e colônias) no intuito de supri-las de gêneros que garantissem a acumulação mercantil. Para Pombal esta dinamização econômica era tida como uma das pré-condições para fazer Portugal superar o atraso e a dependência que caracterizava sua economia.

Na Amazônia, a ação pombalina foi particularmente agressiva e visava a um só tempo consolidar a soberania portuguesa sobre a região e reorientar a economia colonial para os ditames mercantis. Um dado que ajuda a inferir a importância que a metrópole portuguesa atribuía a incorporação efetiva da Amazônia naquele momento, está no fato do Marquês de Pombal ter atribuído esta tarefa a ninguém menos que seu irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, nomeando-o Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Afinado com as idéias do irmão, coube a Mendonça Furtado elaborar o *corpus* jurídico<sup>1</sup> que serviu de

---

<sup>1</sup> Trata-se do “Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão enquanto Sua Majestade não mandar o contrário” (doravante “Diretório Pombalino” ou

base para aquelas ações, além de comandar pessoalmente sua implementação entre 1751 e 1759. Como a *Viradeira* (DIAS, 1970, p. 127-154) não atingiu de imediato a Amazônia, o impacto da política pombalina na região subsistiu aos seus criadores, uma vez que o *Diretório Pombalino* vigorou até 12 de maio de 1798, quando foi então revogado por Carta Régia de D. Maria I.

Não é pretensão aprofundar a abordagem sobre o impacto destas ações na região, uma vez que já há um significativo número de obras historiográficas de boa qualidade que tratam do tema com a devida acuidade (MENDONÇA, 1963; DIAS, 1970; CARRERA, 1988). Todavia, este conjunto não é homogêneo e tem gerado certa polêmica quanto à amplitude e os efeitos da ação pombalina na região, considerada principalmente do ponto de vista do fomento à economia mercantil, que incluía como peças centrais dessa ação não apenas a criação de uma companhia monopolista de comércio, como também a anulação da ação jesuítica, vista como limitadora e corrosiva ante os interesses metropolitanos. Quanto a este último aspecto Kenneth Maxwell lembra que:

Nas fronteiras remotas, vastas e malcompreendidas do Amazonas, sobretudo, as esperanças otimistas de que os índios, de modo especial, os das missões jesuíticas, seriam pacificamente assimilados e europeizados revelavam-se desastrosamente fora de propósito. Em suas instruções de 1751, Mendonça Furtado ordenou que se investigasse “com muito cuidado, circunspeção e prudência” a suposta riqueza e o capital dos jesuítas. Depois de sua chegada à América, as relações entre o irmão de Pombal e as batinas pretas deterioraram-se de modo firme e regular (MAXWELL, 1996, p. 57-58).

É preciso chamar a atenção para o fato da divergência historiográfica sobre a ação pombalina na Amazônia ter se manifestado, *grasso modo*, a partir dos resultados obtidos pelas exportações regionais, privilegiando-se,

---

simplesmente “Diretório”), elaborado em maio de 1757 e aprovado por alvará régio em agosto de 1758. (Cf. BEOZZO, 1983, p. 129-67).

portanto, a relação colônia/metrópole, o que não deixava de ser uma característica limitadora (CARDOSO, 1984, p.107-137; ARRUDA, 1980, p. 248-266). Não se trata de contrapor à imagem tradicional da “colônia pobre” uma avaliação inversa, que recupere uma opulência e riqueza que efetivamente a região não apresentou. Comparativamente as outras colônias portuguesas, a dinâmica da economia amazônica, mensurada exclusivamente pelo viés do comércio colonial, foi realmente modesta e em alguns momentos tendeu à estagnação.

O problema está no fato de que, ao assim proceder, desconsideram-se as transformações socioeconômicas efetuadas na segunda metade do século XVIII e a percepção do significativo impacto que elas, internamente, causaram. Tais transformações foram capazes de criar mecanismos de acumulação efetivos que resultaram na percepção mais clara de níveis diferenciados de condições socioeconômicas no seio da sociedade do Grão-Pará, gerando, portanto, uma maior complexidade na conformação econômica e, paralelamente, produzindo novas tensões no corpo social da colônia. De mais a mais, as transações comerciais recuperadas pelas estatísticas e registros oficiais desconsideram o peso significativo do contrabando, tal como observou, Kenneth Maxwell:

As atividades dos comerciantes sem licença e dos contrabandistas não estavam confinadas aos principais centros de comércio da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco. O comércio ilícito de drogas e especiarias do Amazonas era tão lucrativo, diziam os contemporâneos, que enquanto as bancarrotas eram conhecidas entre os outros intendentos, eram raras entre os comerciantes no Grão-Pará e Maranhão (MAXWELL, 1996, p. 45).

Em trabalho que hoje é considerado um clássico, Manuel Nunes Dias buscou enfatizar a tese de que a política pombalina não só desenvolveu e ampliou o circuito mercantil, “internacionalizando” a economia da região, como também se configurou em um verdadeiro “alicerce econômico de uma



profunda revolução social” (DIAS, 1970, p. 361-362). Anos depois, Ciro Flamarion Santana Cardoso (1984, p. 115) reconheceu que a ação pombalina engendrou “transformações estruturais” na região, ponderando, no entanto, que “as estruturas paraenses mudaram, mas não de forma absoluta”.

Quais seriam então estas mudanças? Mais ainda, qual a amplitude e o significado delas não só para a sociedade paraense da época, mas também para a emergência das contradições que mais tarde vão desembocar na Cabanagem? Em essência, o que mudou na estruturação socioeconômica do Grão-Pará foi exatamente a importância – em princípio apenas numérica, mas depois também qualitativa – que novos sujeitos sociais passam a adquirir neste período, engendrando novas demandas e alterações importantes na correlação de forças até então existentes.

A política pombalina previa, por exemplo, um investimento pesado na tentativa de que os índios fossem incorporados no novo cenário amazônico, desta vez atuando também como agentes do colonialismo luso e não mais como membros de nações “aliadas” ou “inimigas” que viviam sob o jugo e tutela do Império Português. Para que tal objetivo fosse alcançado, uma série de medidas de impacto foram tomadas, sendo a lei que restituía a “liberdade” aos indígenas a mais importante delas. Não é necessário afirmar que essa propalada “liberdade” era puramente nominal, uma vez que os índios continuaram submetidos a formas diversas de subordinação econômica e política.

A reestruturação das formas de exploração e controle da força de trabalho na Amazônia, com a conseqüente proibição da escravidão indígena, parece ter sido adotada não por causa das pressões exercidas pelos missionários – em especial os jesuítas – e muito menos pelo caráter pretensamente humanitário do Marquês de Pombal, mas para responder a uma lógica de controle estratégico da região por parte de uma metrópole que se sentia frágil e ameaçada por seus vizinhos. Neste contexto,

o estabelecimento das novas bases de colonização efetiva que a política econômica mercantilista pretendia para a Amazônia, pressupunha o cumprimento de uma “paz

colonial”, com uma ampla reformulação dos métodos até então utilizados, fazendo com que a população indígena se constituísse num elemento importante na manutenção e expansão dos espaços coloniais. Em outras palavras: Portugal, com uma população bastante reduzida, ficou impossibilitado de exercitar a integração de massas metropolitanas, no que foi obrigado a confiar a segurança da região à própria população local, através da “libertação” e “europeização” dos indígenas (FREIRE, 1991, p. 56).

Faziam parte destas medidas de “portugalização” da Amazônia o aprendizado e o uso da língua portuguesa, a obrigatoriedade de sobrenomes lusitanos e de residir em moradias restritas a famílias nucleares, além da mudança na nomenclatura das aldeias, freguesias, lugares e vilas, que perderam seus antigos nomes indígenas e foram rebatizadas com nomes portugueses. Mesmo que tais posturas não tenham se consolidado ou ficado a meio caminho de serem implementadas, elas contribuíram para consolidar o “tapuio” (índio destribalizado e culturalmente “desenraizado”) como um dos mais importantes, senão o mais importante destes sujeitos sociais novos da Amazônia Colonial. (MOREIRA NETO, 1988, p. 61-67).

Outro segmento populacional que ganhou densidade na Amazônia da segunda metade do século XVIII foi o dos escravos negros (SALLES, 1988; GOMES e QUEIRÓZ, 2003, p. 141-163). Sua introdução na Amazônia foi a forma “natural” que a administração pombalina encontrou para viabilizar sua política de recuperação do índio como agente do colonialismo lusitano. A introdução de negros na Amazônia foi extremamente modesta até aquela época (PEREIRA, 1949, p. 509-515; REIS, 1959, p. 125-126), pela razão óbvia da abundância de índios, especialmente nos dois primeiros séculos da conquista portuguesa, o que fazia do índio uma “mercadoria” muito mais acessível e barata que o escravo africano. Por volta de 1680, um escravo indígena podia ser adquirido em Belém pela módica quantia de 4\$000 (quatro mil réis), enquanto um escravo de origem africana custava, na mesma praça,

de 100\$000 (cem mil réis) a 120\$000 (cento e vinte mil réis) (FREIRE, 1991, p. 33).

Não sem sentido foi a onda de revoltas protagonizadas pelos colonos do Grão-Pará quando souberam da lei de liberdade dos índios, e a Coroa foi obrigada a criar mecanismos compensatórios, como a venda de escravos africanos a crédito – através da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão – e posteriormente a flexibilização da proibição da escravidão indígena. Seja como for, pelo menos 14.500 negros foram introduzidos pela Companhia no porto de Belém entre 1757 e 1777. É certo que boa parte deles acabou sendo repassada para a Capitania de Mato Grosso, onde a extração de ouro estava apresentando resultados animadores (CARDOSO, 1984, p. 123), mas a partir deste momento novas levas foram sendo sistematicamente introduzidas na região e os dados demográficos e censitários do início do século XIX, como adiante se verá, já apresentam um número importante de negros incorporados à população amazônica.

De igual modo, até cerca de 1750, a presença de colonos e de origem europeia foi muito modesta, ficando restrita a alguns povoados no Baixo Amazonas. Em áreas mais afastadas, como no chamado “sertão” amazônico, praticamente só os religiosos, os militares e alguns elementos da burocracia colonial tinham franco acesso, encarregando-se de seus afazeres específicos e também da exploração econômica regional. Durante todo o período de domínio missionário na região (1686-1755)<sup>2</sup>, exatamente no momento em que a conquista portuguesa fazia sentir seu peso sobre populações indígenas da Amazônia Ocidental, inúmeras medidas foram aprovadas pela Coroa no sentido de negar o acesso dos colonos leigos aos aldeamentos missionários<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> A periodização aqui adotada segue, grosso modo, a sugerida em FREIRE (1991). Para uma melhor compreensão do período de hegemonia missionária na Amazônia, conferir: ALMEIDA (1990).

<sup>3</sup> Escusado é afirmar que os missionários se opunham à empresa dos colonos não somente por interesses religiosos, mas também por força de uma estratégia de controle exclusivo das potencialidades econômicas da região, incluindo-se aí o controle sobre a força de trabalho indígena.

Ilustrativo dessa situação é o *Regimento das Missões do Estado do Maranhão e Pará*, de 21 de dezembro de 1686, onde se pode ler:

Nas aldeias não poderão assistir, nem morar outras algumas pessoas mais que os índios com as suas famílias, pelo dano que fazem nelas, e achando-se que nelas moram ou assistem alguns brancos ou mamelucos, o Governador os fará tirar e apartar das ditas aldeias, ordenando-lhes que não tornem mais a elas e os que lá forem ou tornarem depois dessa proibição, que se mandará publicar com editais e bandos por todo o Estado, sendo peões serão açoitados publicamente pelas ruas da cidade, e se forem nobres serão degredados em cinco anos para Angola, e em um e outro caso, sem apelação (*Apud* BEOZZO, 1983, p. 115).

Em oposição a essa situação, a política pombalina optou de forma clara pela retirada dos entraves à ação dos colonos leigos, pondo termo às confrontações seculares com os missionários, que acabaram sendo expulsos da região a partir de 1759 e tiveram seus bens confiscados em proveito tanto do Erário público, quanto dos colonos mais prósperos da região. Se em outros locais do Império Ultramarino Português a expulsão dos missionários não chegou a se constituir em problema, na Amazônia seu impacto foi devastador, uma vez que os missionários representavam uma força importante, não só pelo seu elevado número, mas também pela sua participação política ativa e contestatória.

A consequência imediata da expulsão e do confisco dos bens das ordens religiosas foi o crescimento do poderio econômico dos colonos leigos que passaram a exercer de forma mais pontual práticas de exploração do trabalho indígena, sem a pressão contestadora das ordens e ainda se beneficiaram da exploração econômica dos espaços interiores da colônia, deixados pelos missionários.

Outro ponto importante da política pombalina foi o estímulo à imigração, resultando na vinda de um número maior de colonos portugueses, muito embora este processo ainda atraísse preferencialmente indivíduos com

poucos ou mesmo sem recursos. Mais efetiva, no entanto, foram as migrações de colonos fruto de remanejamentos a partir de outras áreas coloniais portuguesas. Das ilhas vieram levadas sucessivas de colonos, principalmente casais açorianos; enquanto do norte da África (Mazagão) acorreram inúmeros migrantes, fugindo dos conflitos inter-coloniais ali existentes. De qualquer forma, todos esses elementos contribuíram para dar maior densidade à população branca das novas vilas e lugares do Grão-Pará, além é claro de aumentar o contingente populacional da própria capital da colônia.

As informações demográficas para o período são extremamente frágeis e apresentam oscilações grandes demais para serem levadas em conta de forma pontual, mas em uma avaliação geral, pode-se perceber o aumento gradativo do percentual de brancos. Do mapa que o governador Francisco de Souza Coutinho enviou para Lisboa em 1793, Manuel Barata recolheu a população de Belém no ano anterior. A população total da cidade era de 8.573 almas, das quais 4.423 (51,6%) eram brancos, 1.099 (12,9) eram “índios, pretos e mestiços” e 3.051 (35,5) eram “escravos” (BARATA, 1973, p. 35).

É certo, no entanto, que o percentual de brancos tendia a diminuir gradativamente quanto mais se avançava para o interior da Amazônia. Um bom exemplo disso são os números registrados para a Vila de Barcelos, onde os brancos – que segundo Cardoso “deveriam compreender um bom número de mestiços” – somavam apenas 20% da população em 1786 (231 dos 1.154 habitantes) (CARDOSO, 1984, p. 142).

A incorporação dos novos colonos foi acompanhada por uma política de fomento ancorada em um projeto de diversificação econômica da região, que propunha quebrar a exclusividade do extrativismo das drogas do sertão (anil, salsaparrilha, canela, urucum, cravo, baunilha, dentre outros), incentivando o plantio de gêneros agricultáveis.

O extrativismo continuou a ocupar boa parte dos investimentos econômicos em todo o Grão-Pará, mas as experiências de cultivo com a cana-de-açúcar (iniciadas desde 1616 com Caldeira Castelo Branco), café

(iniciada em 1727), arroz e cacau, por exemplo, foram ampliadas e delas foram obtidos resultados significativos, fazendo com que o intercâmbio comercial, outrora praticamente inexistente, fosse revigorado. Os dados relativos à produção amazônica deste período, sumariados pioneiramente por Manuel Barata no início do século XX, parecem corroborar esta informação:

**Tabela 1:** Média das Exportações de Alguns Gêneros Para Portugal  
(em arrobas)

↓Período/Produto→	Cacau	Arroz	Café	Algodão
1773/1786	53.318	63.835	3.336	4.222
1794/1802	95.603	67.758	3.866	11.160
1808/1818	104.464	127.993	2.647	30.869 <sup>4</sup>

**Fonte:** Elaborada a partir dos dados de Manoel Barata (1973, p. 301-307).

Mesmo sendo modestos em relação aos de outras áreas coloniais (ARRUDA, 1980: 249-250), os resultados dessa produção não deixavam de adquirir importância, principalmente para relativizar hipóteses anteriormente mencionadas que sustentavam ter sido o circuito mercantil do Grão-Pará, até aquele momento, praticamente nulo, sendo a própria região definida como uma área caracterizada por uma “economia sem mercados”. (DIAS, 1970, p. 314) Por outro lado, a forte pressão exercida pelos comerciantes lisboetas contra a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, chegando mesmo a dirigir manifestações de protestos ao Rei contra a renovação da concessão

---

<sup>4</sup> A grande quantidade de algodão exportada no ano de 1817 (221.758 arrobas) afigura-se totalmente atípica frente aos índices obtidos nos anos anteriores, quando a produção raramente passava de 10.000 arrobas. Se desconsiderarmos o ano de 1817, a média anual deste período cai para 5.483 arrobas.

daquele monopólio, também sugere que este comércio tenha adquirido certa importância, mostrando-se incômodo para aqueles comerciantes.<sup>5</sup>

Independente da avaliação que se possa fazer do resultado da ação pombalina até o fim da vigência do *Diretório*, não há como deixar de reconhecer que essa ação impulsionou a consolidação de um grupo emergente de fazendeiros e proprietários de terra que passaram a transpor a tradicional coleta das drogas do sertão e incorporar atividades ligadas ao cultivo de gêneros. A criação de gado *vacum* e cavalar em Marajó, alavancada inicialmente pelos missionários no período anterior, manteve-se como atividade importante, chegando a ser ampliada com o desenvolvimento do comércio de couros.

Da mesma forma, o fomento dado à criação de “vilas” e “lugares” em substituição às antigas missões controlada pelos religiosos, bem como a importância estratégica atribuída ao controle das principais vias de acesso ao interior da bacia amazônica com a montagem de inúmeras fortificações, além da conseqüente “colonização” de seus entornos, concorreu para ampliar e sedimentar a presença de colonos de origem européia (ou seus descendentes diretos) nos mais diversos espaços da Amazônia.

Muito embora o desenvolvimento de práticas econômicas ligadas a agroexportação tenha feito surgir uma quantidade importante de *grandes proprietários* rurais, é necessário esclarecer que a ênfase dada ao termo (“grande proprietário”), está ligada muito mais ao peso político e econômico que tais indivíduos possuíam no interior da sociedade paraense, do que ao tamanho e valor de suas propriedades. Com efeito, até as primeiras décadas do século XIX, o tamanho da propriedade rural na Amazônia não era de fato muito grande, já que ali “predominavam as sesmarias de menos de dez mil hectares” (SILVEIRA, 1994, p. 125). Boa parte destas sesmarias era explorada de forma rudimentar, com o proprietário tendo que recorrer, inclusive, à utilização do trabalho de familiares e agregados. No entanto,

---

<sup>5</sup> Cf.: “Representação que se faz para não dever persistir por mais tempo a Companhia Geral do Estado do Pará e Maranhão pela razão que nela se propõem”, documento assinado por 48 comerciantes de Lisboa (*Apud* CARRERA, 1988: 90-103).

mesmo nestas propriedades de características quase familiares, eram utilizados alguns negros (escravos) e uma quantidade relativamente maior de índios (trabalho compulsório).

O quadro acima não deve ser entendido como o da abertura de um momento de progresso ou desenvolvimento econômico ilimitado, arrebatando a região de sua triste condição de “colônia pobre” e sem perspectiva e, paralelamente, produzindo uma melhoria generalizada do padrão de vida da população do Grão-Pará. Longe disso, as mudanças operadas nesse meio século, e o impulso econômico efetivamente realizado pelas administrações metropolitanas, foram assimiladas por um número muito restrito de colonos, mantidos ao abrigo das políticas de fomento instituídas por um Estado que se apresentava como protetor de seus interesses econômicos.

Da mesma forma, tanto os conflitos entre as diversas camadas sociais quanto as disputas intra-senhoriais, jamais deixaram de existir em toda a colônia. Mesmo neste particular as mudanças eram perceptíveis, já que os conflitos internos não eram mais os mesmos que haviam marcado os primeiros séculos do domínio lusitano, quando os principais antagonismos gravitavam, de um lado, entre os diversos povos indígenas da região e os conquistadores e, de outro lado, entre os vários agentes do colonialismo europeu.

Os conflitos internos se deram em três níveis: 1º) holandeses, ingleses, franceses e espanhóis, confinados em territórios com fronteiras flutuantes, continuavam a fazer incursões na Região Amazônica, em áreas que os portugueses consideravam suas; 2º) os missionários, colonos e funcionários, continuaram a disputa para controlar os índios; 3º) desenvolveram-se ainda conflitos entre as diferentes ordens religiosas (FREIRE, 1991, p. 44).

Ao findar o século XVIII, no entanto, as fronteiras amazônicas estavam praticamente definidas e ratificadas em tratados bilaterais, como o de



Madri (1750) e de Santo Idelfonso (1777), fazendo com que os conflitos dessa natureza deixassem de representar uma séria ameaça como nos séculos anteriores<sup>6</sup>. Do mesmo modo, os missionários, destituídos do poder temporal que exerciam e posteriormente expulsos do Reino, deixaram de interferir nos destinos da colônia.

Quanto à opressão sobre os grupos indígenas locais é forçoso reconhecer que ela não só continuou a existir como também foi ampliada, já que pela lógica pombalina não interessava somente aldear índios, mas transformá-los em súditos da Coroa Portuguesa, intenção que, de resto, representou, no dizer de Carlos Araújo Moreira Neto (1988, p. 73-96), um verdadeiro etnocídio. Independente disso, os índios deixaram de representar *exclusivamente* os segmentos sociais submetidos à ferrenha dominação dos colonos, compartilhando essa situação com o escravo de origem africana e com uma gama cada vez maior de mestiços livres, todos submetidos à violentas relações de dominação socioeconômicas e mantendo um padrão de sobrevivência bem abaixo das condições mínimas necessárias ao desenvolvimento humano.

Os próprios segmentos dominantes se transformaram e adquiriram diferenciações internas, decorrentes tanto das atividades econômicas a que estavam envolvidos – comércio (exportador e “retalhista”), agro exportação (coleta de drogas, engenhos e lavouras) ou criação de gado –, quanto da posse ou não de cargos públicos de alto escalão, incluindo-se aí os militares mais graduados. O predomínio econômico e político, no entanto, continuava claramente ligado ao setor mercantil, quase que exclusivamente controlado por reinóis, pois como sustentou Emile Carrey, um viajante francês de passagem pelo Pará em 1835, “todo o comércio, que é, aliás, muito considerável, está nas mãos dos estrangeiros, sobretudo dos portugueses” (CARREY, 1862, p. 202)

---

<sup>6</sup> De acordo com Arthur Reis (1986, p. 193): “Os estabelecimentos militares, montados frente aos territórios da Inglaterra e Espanha, bastavam para impedir qualquer surpresa. Ademais, naqueles ermos do continente, não havia condições, do lado de lá, para incursões perigosas à segurança da soberania de Portugal”.

Por outro lado, no interior dos segmentos dominantes a mobilidade era freqüente, o que significava dizer que havia mais possibilidades de ascensão social. Não raro, uma acumulação maior adquirida no setor agropecuário acabava facilitando o ingresso no ramo comercial, às vezes até com a montagem de casas exportadoras próprias. Por outro lado, poucos eram os grandes exportadores que não possuíam tentáculos na lavoura ou mesmo na coleta das drogas, enviando periodicamente canoas ao sertão amazônico.

Sem desconsiderar a existência de atritos entre tais segmentos, é fato também que a camada senhorial, estando ciente dos desníveis gigantescos presentes no interior do corpo social da colônia, bem como da necessidade contínua de manter sob seu jugo um contingente enorme de marginalizados, procurava desenvolver mecanismos de articulação interna que congregasse seus membros, fortalecendo-os ante o “populacho”. Essa situação, muitas vezes, resultou em interações socioeconômicas importantes entre seus vários membros, procedimento que respondia às necessidades recíprocas de comerciantes e proprietários.

Neste particular, o avanço dos estudos acerca da composição e dinâmica dos grupos oligárquicos tem resultado em abordagens que cada vez mais recusam as interpretações tradicionais que apresentam os segmentos dominantes dentro de um esquema analítico dualista onde se descarta a possibilidade de interação (DIAS, 2009: 28-29)

Como em todas as sociedades coloniais fortemente caracterizadas pela adoção da escravidão, no Grão-Pará a diferenciação étnica acabou se revestindo em um poderoso fator de hierarquização social e, ao mesmo tempo, em uma barreira que dificultava ou mesmo impedia a mobilidade entre os setores populares da colônia, constituído basicamente de elementos de origem indígena, africana e mestiça.

O peso da “cor”, dimensão sempre presente nos registros documentais de época, constituía também, se bem que em menor escala, um problema para um grupo pouco expressivo de mestiços que galgavam posições econômicas melhores a partir de sua inserção no setor agropecuário,

já que não conseguiam traduzir automaticamente esse bom desempenho econômico em uma condição melhor de aceitação social pelo conjunto da elite colonial, o que certamente contribuiu para agudizar as tensões políticas.

### **Dilemas da Reestruturação Socioeconômica**

O início do século XIX trouxe consigo uma nova conjuntura, com os mercados em retração e sucessivos processos de agitação política que não deixaram de interferir nos rumos da metrópole portuguesa e de suas colônias do ultramar. O Bloqueio Continental, as Guerras Napoleônicas, a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, a ruptura do pacto colonial com a Abertura dos Portos brasileiros ao capital inglês, as lutas de independência na América Hispânica, as revoluções liberais varrendo as monarquias absolutas européias e o próprio movimento de emancipação política, constituíram-se em eventos de grandes dimensões que, no Grão-Pará acabaram sendo adicionados aos problemas decorrentes do início de um período de retração econômica, atingindo, de forma diferenciada, os diversos segmentos sociais ali estabelecidos.

A historiografia da região reconhece a existência de uma “fase de decadência” que se abre já nos primeiros anos do século XIX e se estende até cerca de 1840 (SANTOS, 1980, p. 13-14) Esta fase seria marcada pela total desagregação econômica regional caracterizada, de um lado, pela forte retração das atividades ligadas à exportação e, de outro, pelo decréscimo da produção de subsistência, fazendo com que a fome e a miséria passassem a campear por toda a região e gerassem devastações gigantescas entre os contingentes cada vez mais crescentes de despossuídos.

Essa complexidade do quadro socioeconômico da Amazônia no início do século XIX pode ser apreendida através de inúmeros registros documentais. Tanto nos relatórios oficiais, quanto nas narrativas dos diversos viajantes, a tendência foi a de apresentar uma visão da região como estando perpassada por conflitos não apenas decorrentes da escassez de braços, mas

também da necessidade de criação de novas oportunidades econômicas. No entanto, é possível que esse quadro geral, sendo verdadeiro em seu conjunto, escondesse distinções internas importantes, já que o impacto da retração econômica não parece ter se processado em todos os lugares com a mesma intensidade, nem no mesmo momento. As descrições dramáticas da decadência Amazônica no início do século XIX, *grasso modo* informam sobre as áreas mais remotas (o sertão amazônico) ou, quando se referindo a Belém e seus arredores, remetem para um período posterior (inclusive posterior à Cabanagem).

Até o início da década de vinte do século XIX, é difícil aceitar que a economia mercantil paraense, em seu conjunto, tenha conhecido um processo de retração muito acentuado. As cifras recolhidas por Manuel Barata não sustentam tal avaliação, já que apontam oscilações, mas nunca reduções bruscas nas exportações dos principais gêneros.

**Tabela 2:** Balança Comercial Entre o Pará e Portugal, 1800-1818 (em reais)

Ano	Exportação	Importação	Saldo
1800	628:494\$650	418:379\$989	210:144\$661
1801	294:725\$183	194:394\$695	100:330\$488
1805	646:907\$222	625:614\$527	21:292\$695
1810	338:675\$791	156:300\$280	182:375\$280
1811	336:899\$300	153:724\$230	183:175\$070
1812	360:305\$600	222:511\$760	137:793\$840
1813	303:545\$593	253:431\$450	50:144\$143
1814	512:788\$270	379:933\$470	132:854\$000
1815	234:378\$050	146:564\$060	87:813\$390
1816	559:274\$285	496:058\$365	63:215\$920
1817	640:707\$459	444:012\$170	196:583\$289
1818	615:272\$713	615:114\$990	157\$723
Médias	455:997\$843	346:669\$999	109:327\$844

**Fonte:** Elaborada a partir dos dados de Manoel Barata (1973, p. 304-307).

De acordo com os dados tabulados fica evidenciado que o balanço comercial entre o Pará e Portugal no período de 1808 a 1818, foi sempre superavitário. Além do mais, os dados não levam em consideração o fato de que desde 1808 o Pará passou a ter um maior intercâmbio comercial com a Inglaterra e, dessa forma, era de esperar que as exportações para o reino diminuíssem, o que não ocorreu.

O comércio entre Pará e Portugal havia aumentado continuamente nos últimos decênios do século passado e nos primeiros deste; mas, depois que o Rei de Portugal se instalou no Rio de Janeiro e promulgou a liberdade dos portos, passou grande parte desse comércio para a Inglaterra, o que fica provado pela grande afluência de navios ingleses no porto (SPIX e MARTIUS, 1981, p. 48)

Embora isso não signifique que a produção regional tenha retrocedido aos níveis mais modestos anteriores a 1750, é perceptível que um refluxo econômico estava em marcha, sendo mais precoce e intenso nas localidades do interior amazônico, com alguns núcleos populacionais chegando a desaparecer. Em Belém e seus arredores, no entanto, os efeitos da crise econômica apareceriam somente mais tarde, no momento em que as agitações políticas dos anos 1820 transformam a capital da Província em local privilegiado para o enfrentamento das diversas facções políticas e até mesmo de seus grupos armados. As minuciosas avaliações feitas pelos naturalistas Spix e Martius por volta de 1820 permitem corroborar essa perspectiva, uma vez que descrevem uma região dinâmica que parece, inclusive, prosperar economicamente e materialmente. Segundo seus depoimentos, os paraenses pareciam orgulhosos da sua situação, pois gabavam-se “de primar sobre todas as outras cidades do Brasil quanto ao número de artigos de exportação e, de fato, [estes] montam a não menos de quarenta” (SPIX e MARTIUS, 1981, p. 32). Mais de dez anos depois essa característica ainda se mantinha, já que por levantamento realizado por Ignácio Accioli Silva, a economia

paraense contava com nada menos que cinquenta e cinco itens em sua pauta de exportações (SILVA, 1833, p. 154-155).

Nesta época, ainda seguindo as informações Ignácio Accioli, diversos navios saíam todos os anos do porto do Pará com os mais variados destinos, sendo os principais os portos da Inglaterra, de Gibraltar, das ilhas do Caribe, de Portugal, da França, da Holanda e da América do Norte. O movimento do porto de Belém em 1828 denuncia também uma atividade econômica expressiva e um contato intenso com os mercados mais dinâmicos do mundo na época. Quanto à origem dessa produção, só alguns produtos, se bem que os mais importantes (açúcar e seus derivados, fumo, algodão e borracha), eram produzidos nos arredores de Belém, sendo o restante decorrente da produção que se fazia no interior.

O comércio de Pará depende, portanto, principalmente dos artigos que recebe dos lugares mais ativos do interior da Província: Cametá, Gurupá, Santarém e da província do Rio Negro. Logo que chegam as canoas do comércio dessas regiões, animam-se as ruas da cidade, vêm-se índios meio nus atarefados a carregar os preciosos artigos para a alfândega, e dali para os diversos armazéns espalhados pela cidade (SPIX e MARTIUS, 1981, p. 32-33).

Refletindo a conjuntura dos últimos decênios do século XVIII e dos primeiros do XIX, Belém alcançou prosperidade incontestável, materializada em grandes edificações públicas e particulares e num traçado urbano bem cuidado, de linhas regulares e aparência asseada. Foi essa a imagem que ficou registrada nas narrativas dos diversos viajantes estrangeiros que a visitaram. Para os naturalistas alemães, “quando o recém-chegado entra na própria cidade, encontra mais do que prometia o aspecto exterior: casas sólidas, construídas, em sua maior parte, de pedras de cantaria, casas em largas ruas, que se cortam em ângulos retos ou formam várias extensas praças”. (SPIX e MARTIUS, 1981, p. 23).

Opiniões semelhantes foram anotadas por vários viajantes. Em 1830, um oficial da marinha inglesa, Henrique Lister Maw (1989, p. 247) lembrou que “as casas do Pará são grandes e quase todas bem construídas; as ruas são largas, e algumas delas calçadas...”. Por sua vez Emille Carrey (1862, p. 91) descreveu Belém como num delírio poético: “Jamais cidade fantástica de contos orientais se apresentou aos olhos do deslumbrado viajante, mais brilhante de esperanças, de luz e esplendor equatorial”. Já o missionário norte americano Daniel Kidder (1980, p.188), referiu-se ao palácio do governo como “uma das melhores construções do gênero, em todo o Império”. Por tudo isso, quem olhasse apenas para Belém, pelo menos até o início dos anos 1820, não perceberia grandes inquietações da parte de sua elite no que se refere à situação de estagnação ou mesmo de retrocesso econômico. Bem ao contrário, tudo parecia “dar a impressão de uma vida doméstica feliz” (SPIX e MARTIUS, 1981, p. 23).

O que parece ter dado sobrevida à economia amazônica neste período foi o fato dela não estar ancorada na produção monocultora, mas apresentar uma grande diversificação nos produtos em sua pauta de exportações, o que retardava localmente os efeitos devastadores da retração dos mercados consumidores mundiais. Por outro lado, novas perspectivas foram abertas para o aumento da exportação de cacau (âncora da produção local), com a crise da produção venezuelana, até então o maior mercado exportador do produto (ALDEN, 1974, p. 41).

O *calcanhar de Aquiles* dessa expansão continuaria a ser a forma primitiva pela qual a produção se realizava. Desde os últimos anos do século XVIII, com o recuo dos incentivos oficiais à agricultura, o aumento da produção passou a ser alcançado via reforço da atividade extrativa com a incorporação de grandes contingentes de tapuios e indígenas e o avanço cada vez maior sobre novas áreas do sertão amazônico. Desta forma, a pressão exercida pela retração do mercado era desviada para baixo, para as populações subalternas da sociedade regional; enquanto na cúpula, os grupos econômicos dominantes procuravam manter níveis mais elevados de

acumulação, substituindo o antigo fomento estatal (encerrado com o fim do *Directorio*) pelo recrudescimento das relações sociais de produção.

Em que pese as ponderações até certo ponto otimistas aqui esboçadas, a conjuntura econômica da virada para o século XIX configurou-se problemática e foi marcada por inquietações que derivavam da percepção de que os mercados mundiais estavam se retraindo lentamente e afetando as exportações coloniais.

Os historiadores e contemporâneos, no fim do século XVIII, mostram, com toda clareza, a inquietação colonial, os apertos da camada produtiva, da qual viriam os protestos contra a ordem colonial. Tudo estava em crise, o açúcar, o algodão, o ouro, e, mais tarde, as culturas emergentes (FAORO, 1994, p. 55).

Os conflitos de interesses entre os diversos setores da elite paraense só se manifestaram com maior vigor e intensidade no momento em que, na base, as condições de subsistência da massa de expropriados atingiu níveis insustentáveis e alimentou levantes e revoltas populares. A sobrevida trazida à economia paraense pelo rápido *boom* da exportação cacauceira (até cerca de 1820), acomodando os interesses de proprietários e comerciantes, restringiu as manifestações de protestos, os inconformismos e as sublevações aos movimentos que operavam unicamente na base popular.

A possibilidade de expansão econômica criava também condições propícias para que, no topo, os segmentos dominantes conseguissem sublimar seus antagonismos e trabalhassem coesos no imperativo das práticas repressivas. Na Amazônia, os antagonismos que se manifestavam com maior intensidade entre os segmentos dominantes decorriam basicamente da imposição unilateral dos preços dos gêneros de exportação e dos produtos que traziam da Europa e Estados Unidos, feita pelos principais comerciantes lusitanos estabelecidos na região<sup>7</sup>. Essa imposição se fazia muitas vezes pela

---

<sup>7</sup> A carência de produtos regionais agravava os abusos. Emile Carrey anotou que na Vila da Vigia, embora próxima à Marajó, faltava constantemente carne (“não comem carne senão



condição de monopólio propiciada pelo mecanismo básico através do qual a relação metrópole/colônia tradicionalmente se processava: o exclusivo colonial. O interesse fiscal manifesto nas políticas metropolitanas, principalmente após Pombal<sup>8</sup>, também gerava tensões entre os setores dominantes.

Desde o tempo da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, os proprietários e fazendeiros paraenses já ensaiavam resistência frente a essa imposição de preços baixos por parte da empresa monopolista e se aproveitavam das brechas legais existentes nos estatutos da Companhia para consignar produtos aos seus representantes no Reino, medida que lhes possibilitava auferir preços melhores no Porto ou em Lisboa. Essa tendência natural dos produtores de buscar margens de lucros maiores mediante aumento de preços dos seus produtos foi logo tolhida pela pretensão monopolista e fiscal com representação na própria administração colonial. (DIAS, 1970, p. 362-363)

Não só o preço oferecido pela burguesia comercial portuguesa aos gêneros do Pará causava tensões e animosidades, mas também aqueles exigidos por estes comerciantes aos produtos importados, em especial aos escravos africanos. Neste particular, o governo português, quando não via seus interesses geopolíticos ou fiscais comprometidos, buscava acomodar os interesses difusos com medidas compensatórias. É bom lembrar que quando a Companhia anunciou não poder vender escravos africanos no porto de Belém a preço inferior 150\$000 réis por “peça”, o protesto dos proprietários foi tanto que a Coroa aceitou não só não cobrar para a Fazenda Real os impostos relativos à entrada daquelas “mercadorias”, mas também fomentar sua venda a crédito (DIAS, 1970, p. 460-461).

---

sete ou oito vezes no ano”), o que levava os moradores a correrem “a todos os navios que passam, a comprar conservas da Europa, por preços excessivos” (CARREY, 1862, p. 29).

<sup>8</sup> Assevera Manoel Nunes Dias (1970, p. 115) que: “O contraste com a conjuntura regional das vésperas da inauguração da Companhia é realmente impressionante. O aumento que teve Sua Majestade nos dizimos é indiscutível. O que a Fazenda Real amealhava antes e o que passou a receber depois do estabelecimento do monopólio evidencia a benfeitoria”.

Assim, a cada revés do mercado, elevando ou diminuindo o preço dos gêneros de exportação, a mediação entre proprietários e comerciantes ficava mais tensa e de difícil conciliação. Por outro lado, a expansão econômica vigente ao longo da segunda metade do século XVIII favoreceu o enraizamento desses interesses divergentes no seio de facções políticas que procuravam fazer valer seus anseios com todo vigor perante as autoridades públicas.

Quando finalmente acontecia de uma dessas articulações políticas encontrarem eco em setores mais próximos da vida palaciana, abria-se a possibilidade de emplacar à frente dos governos locais nomes mais afinados com os interesses específicos de uma parte da elite econômica local que, desse modo, aproveitava-se dessa situação para fazer valer seus objetivos e resolver pendências, inclusive com o beneplácito da força repressiva do poder central.

Ao contrário do postulado bastante corriqueiro na historiografia regional, de uma vida política nula em atritos e confrontações e inteiramente submissa aos ditames emanados do Reino, já nos primeiros anos do século XIX era possível reconhecer que a composição e manutenção do poder no interior da colônia reservava grande espaço para as pressões exercidas pelos diversos setores que formavam as classes dominantes locais.

O acompanhamento dessas tensões sugere que a efervescência política presente entre as facções intracoloniais tinha bases materiais sólidas, não sendo, portanto, meros reflexos das contradições que em Portugal levaram ao “Pronunciamento do Porto” em 1820; nem das que, no Brasil, foram responsáveis pela emergência de uma pretensa “consciência nacional” em 1822. Ou seja, essas contradições eram a materialização mais efetiva e eficiente de uma postura política que ganhava vigor na exata proporção em que os segmentos sociais dominantes iam adquirindo densidade numérica e qualitativa, diferenciando-se uns dos outros através de níveis distintos de acumulação e ostentação.

## Referências

- ALDEN, Dauril. *O significado da produção de cacau na região amazônica no fim do período colonial*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1974.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe. Comentário de Luiz Felipe Alencastro. *Novos Estudos Cebrap*, n° 59, p. 218-221, mar. 2001.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os Vassallos d'El Rey nos confins da Amazônia Ocidental*. Dissertação (mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1990.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980.
- BARATA, Manoel. *Formação histórica do Pará: obras reunidas*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.
- BEOZZO, José Oscar (Org.). *Leis e regimentos das missões: política indigenista no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1983.
- BURKE, Peter. *História e Teoria Social*. São Paulo: UNESP, 2002.
- CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. *Economia e sociedade em áreas coloniais Periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750 - 1817)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- CARRERA, Antonio. *A Companhia geral do Grão-Pará e Maranhão*. 2 vols. São Paulo: Nacional, 1988.
- CARREY, Emile. *Os revoltosos do Pará*. Trad. F. F. da Silva Vieira. Lisboa: Typ. do Futuro, 1862.
- CRUZ, Ernesto. *Nos bastidores da Cabanagem*. Belém: Oficinas Gráficas da Revista de Veterinária, 1942.
- DIAS, Manuel Nunes. *Fomento e mercantilismo: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755 - 1778)*. 2 vols. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2009.
- FAORO, Raimundo. *Existe um pensamento político brasileiro?* 2ª ed. São Paulo: Ática, 1994.

- FLORENCE, Hercules. *Viagem fluvial do tietê ao Amazonas, de 1825 a 1829*. São Paulo, Cultrix/Edusp, 1977.
- FREIRE, José Ribamar Bessa (Coord.) *A Amazônia colonial (1616-1798)*. 4ª ed. Manaus: Metro Cúbico, 1991.
- GOMES, Flávio dos Santos & QUEIROZ, Jonas Marçal. Em Outras Margens: Escravidão Africana, Fronteiras e Etnicidade na Amazônia. In: PRIORE, Mary Del e GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Os Senhores dos Rios: Amazônia, Margens e Histórias*. Rio de Janeiro: Campus, 2003, p. 141-163.
- HURLEY, Jorge. *A Cabanagem*. Belém: Livraria Clássica, 1936.
- KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de Viagens e Permanências nas Províncias do Norte do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.
- MAW, Henrique Lister. *Narrativa da Viagem do Atlântico ao Pacífico: Através dos Andes nas Províncias do Norte do Peru, Descendo Pelo Rio Amazonas Até o Pará*. 2ª ed. Manaus: Associação Comercial do Amazonas, 1989.
- MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de (Org.). *A Amazônia na Época Pombalina: correspondência inédita do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 1751-1759*. São Paulo: IHGB, 1963. 3 vols.
- MOREIRA NETO, Carlos Araújo. *Índios da Amazônia: De maioria à minoria (1750-1850)*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- PEREIRA, Nunes. A Introdução do Negro na Amazônia. *Boletim Geográfico*, nº 77, p. 509-515, 1949.
- PROST, Antoine. Social e Cultural Indissociavelmente. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François (Org.). *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 123-137;
- REIS, Arthur César Ferreira. O Negro na Amazônia. *Boletim Geográfico*, nº 149, p.125-126, 1959.

- REIS, Arthur César Ferreira. O Processo de Independência no Norte. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822: Dimensões*. 2ª ed., São Paulo: Perspectiva, 1986, p. 187-204.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. O Comércio Colonial e as Companhias Privilegiadas. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, n° 2. 6ª ed. São Paulo: DIFEL, 1985, p. 311-339.
- SALLES, Vicente. *O negro no Pará: sob o regime da escravidão*. 2ª ed. Belém: Secult, 1988.
- SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
- SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira e. *Corografia paraense: ou descrição física, histórica e política da Província do Grão-Pará*. Bahia, Typ. do Diário, 1833.
- SILVEIRA, Ítala Bezerra da. *Cabanagem: uma luta perdida*. Belém: Secult, 1994.
- SPIX, Johann Baptist von e MARTIUS, Carl Friedrich Philip von. *Viagem Pelo Brasil (1817-1820)*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.